



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

**MOVIMENTO É VIDA:
ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS
PARA TODAS AS PESSOAS**

Relatório Nacional de
Desenvolvimento Humano do Brasil
2017

Atividades físicas e esportivas e meio ambiente

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Trata-se, no fundo, de uma questão de civilização. O problema não é, apenas, proteger recursos e lugares, mas valorizar a essência do homem. Além de cuidar da biodiversidade, trata-se de salvaguardar e potencializar a sociodiversidade, que acompanha e qualifica a diversidade dos lugares, dos quais constitui, ao mesmo tempo, atributo e riqueza. Trata-se, a partir disso, da construção de um novo mundo, com a busca da plenitude, onde a vida seja vivida como troca e onde o qualitativo seja dominante, permitindo que se instale no planeta o homem integral” (SANTOS, 2000, p. 36).

INTRODUÇÃO

Tendo como base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano, publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de desenvolvimento humano foi definido como um processo de ampliação das escolhas humanas para que cada um tenha capacidades e oportunidades para ser aquilo que deseja ser (PNUD, 2016). Essa abordagem de desenvolvimento humano observa diretamente as pessoas, de forma contrária à perspectiva do crescimento econômico, a qual percebe o bem-estar de uma sociedade unicamente por seus recursos ou pela renda gerada.

O PNUD (2016) entende a renda como importante meio do desenvolvimento, mas não como seu fim. Ou seja, o desenvolvimento humano passa a transferir o foco do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. Com base nessa premissa, o desenvolvimento humano relaciona-se ao avanço da qualidade de vida de uma população à medida que considera suas características sociais, culturais e políticas.

Não por acaso, na atualidade, importantes estudos e discussões têm apontado a urgente necessidade de mudanças referentes às questões ambientais (SORRENTINO, 2002, 2015; TRIGUEIRO, 2012). Embora existam indícios de essas mudanças estarem em curso, oriundas de um processo típico de transição, os autores salientam que tais alterações precisam ser mais bem diagnosticadas e compreendidas, especialmente porque os seres humanos são contemporâneos de um modelo de desenvolvimento que vem exaurindo rapidamente os recursos naturais do planeta, com impactos negativos sobre a qualidade de vida humana e sua existência na Terra.

Podem ser observados distintos atores sociais, engajados em movimentos ambientalistas que caminham na busca de soluções para os problemas socioambientais; dentre eles, podem ser destacados pesquisadores, ambientalistas, empresários e religiosos. Há várias frentes de trabalho nas esferas governamentais, com contribuições da sociedade organizada, empenhando-se ora conjuntamente, ora em ações unilaterais. Também há, por todo o país, ações regionais nessa mesma direção.

Essas ações, embora pontuais e, de certa forma, isoladas, possuem, entre outros objetivos, a meta de valorizar o ambiente natural e seus recursos. Situação essa que se mostra contrária à condição de revalorização das paisagens naturais na



direção de um aproveitamento econômico unicamente pela exploração turística, em que a sociedade constrói um novo modelo perceptivo em relação ao meio e lhe impõe novas territorialidades. Luchiari (2000) apontava a emergência dos territórios em que a sociedade mediatiza suas relações com a natureza, atribui um valor, uma representação e um controle sobre as paisagens como campo relacional de poder dos seres humanos.

Contraditoriamente, o processo de produção de paisagens urbanas em regiões até então “esquecidas” foi acelerado e uma construção permanente do conceito de meio ambiente foi alimentada, ambos pela valorização estética das paisagens naturais. Esse meio ambiente transformou-se no mito vendido pelo mercado, incorporado pelas cidades e tomado, pela sociedade, como símbolo distintivo de consumo (LUCHIARI, 2000). A concepção tradicional de meio ambiente não gera nenhuma lógica para um reencantamento da natureza, mas, sim, para uma reorganização de territorialidades, como apresenta a autora.

Essa concepção reflete a natureza como externalidade que poderá ser controlada, quando o que está em jogo é assumir que a valorização da paisagem pela sociedade contemporânea é organizada em torno da tensão entre o mundo natural e o mundo criado pelos seres humanos com suas possibilidades técnicas, políticas e econômicas. É essa a razão simbólica que se impõe na estetização das paisagens pelo consumo. Os seres humanos “apropriam-se” da natureza de formas diversas. Seja para dela extrair recursos, para utilizá-los in situ, ou, ainda, por meio de usos temporais, como cenário, que é a forma usual no turismo. Nesse sentido, adotar a natureza como externalidade foi um grande equívoco da modernidade, sendo necessária a reversão desse processo.

Partindo dessas considerações, acredita-se que não seja uma tarefa fácil entender as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, uma vez que a problemática ambiental tem aumentado significativamente, devido aos impactos dos ecossistemas e do ambiente construído, afetando, em particular, a qualidade de vida humana e ameaçando a continuidade da vida global do planeta. As questões ambientais revelam o retrato de uma crise multidimensional, apontando a exaustão de um modelo de sociedade que produz, desproporcionalmente, mais dúvidas que respostas. Em contrapartida, as questões ambientais também procuram mostrar realidades até então aparentemente desconectadas; desvelando a universalidade dos problemas socioambientais atuais e alertando para a necessidade de promoção de mudanças que garantam a continuidade e a qualidade da vida humana em longo prazo.



Importantes ambientalistas, como Viola e Leis (1995), analisaram a evolução de todo esse processo, buscando compreender questões sobre o movimento e a consciência ambientalistas, em nível brasileiro e mundial. No Brasil, os autores supracitados perceberam que o movimento – iniciado por minorias de cientistas e militantes ambientalistas, reunidos pela denúncia de agressões e pela defesa dos ecossistemas – ampliou-se, conquistando novos espaços e ganhando a característica multissetorial atual. O foco de atenção expandiu-se, incluindo questões como a ecologia política, a questão demográfica, ética, a relação entre desigualdade social e degradação ambiental, as relações norte-sul e a busca efetiva de um novo modelo de desenvolvimento. Traçou-se, então, o perfil de um novo movimento portador de um projeto de mudança universalizante, capaz de articular diferentes setores sociais de agências governamentais, da universidade, de movimentos comunitários, de organizações não governamentais, de empresas etc. A identidade que marcava esses setores estava atrelada ao interesse pelo desenvolvimento sustentável.

Em acordo com Ferreira (1999) quanto ao discurso ambiental não representar somente o discurso voltado ao ambiente, mas abarcar também o processo social, por meio do qual ele é construído e transmitido, pode-se acreditar que, para além do sensacionalismo exacerbado, muito bem ilustrado pela mídia, o ambientalismo, em seus diversos desdobramentos, pode trazer diferentes possibilidades de compreensão do momento atual que vivemos.

Assim, por expressarem características de uma época, as atividades físicas e esportivas – a serem exemplificadas aqui especialmente pelas atividades de aventura na natureza –, atreladas, de distintas formas, ao movimento ambientalista, desenvolvem uma lógica contextual integrando vários elementos da realidade social e expressando valores, comportamentos e ideias manifestados na atualidade, o que justifica, portanto, a importância e a relevância da sua compreensão. De acordo com Marinho e Bruhns (2003, 2006), a complexidade desses assuntos ultrapassa a frivolidade da aparência para se constituir em um campo fértil de investigação social, não suportando uniformidades em uma pretensa homogeneização, mas o entendimento de sua manifestação em situações peculiares e específicas.

Com base nessas premissas, este texto se propõe a refletir sobre as atividades físicas e esportivas e suas relações com o meio ambiente, apontando diferentes cenários propícios para o desenvolvimento humano, os quais perpassam por questões contraditórias (por exemplo, preservação X exploração) como obstáculos para determinadas ações por um lado e, por outro, enfatizam



oportunidades promotoras de sensibilização para o cuidado com o meio ambiente. Para tanto, este texto está organizado em dois momentos complementares. Em um primeiro momento, esclarece algumas das principais concepções entendidas como pressupostos para a compreensão do tema central de análise: meio ambiente, desenvolvimento sustentável, educação ambiental e as atividades físicas e esportivas (AFEs) de aventura na natureza. As discussões apresentadas nesse contexto são desdobramentos de estudos realizados ao longo dos últimos anos, tendo sido publicados sob diferentes formatos em outras instâncias (MARINHO, 2001, 2004a, 2004b, 2008, 2010, 2013; MARINHO e BRUNHS, 2003, 2006; MARINHO e INÁCIO, 2007; MARINHO, SANTOS e FARIAS, 2012; MARINHO et al., 2016; MARINHO e REIS, 2016).

Em um segundo momento, o texto enfoca AFEs de aventura na natureza, com vistas a apontar diferentes olhares e significados sobre o tema, demarcando distintas emergências na sociedade contemporânea, as quais, por um lado, apontam para um profundo empobrecimento humano (entre outras questões, devido à carência de diferentes tipos de recursos e de estímulo e a iniciativas incapazes de reconhecer a importância do corpo em movimento e sua relação com o ambiente). Mas, por outro lado, emergências que também enfatizam ações promotoras da constituição de relações pautadas na ética e no respeito com a vida, capazes de proporcionar o desenvolvimento humano. Acredita-se que o corpo e suas inúmeras manifestações, ao estarem atrelados a um comprometimento com as questões ambientais, estando nelas incluídos, podem oportunizar novos sentidos à vida, mais sensíveis e, verdadeiramente, humanos.

1. Primeiro momento: contextualizando

1.1. Meio ambiente

Embora, na literatura científica, possam ser encontradas inúmeras classificações e diferenciações entre os termos natureza e meio ambiente, é importante esclarecer que os mesmos estão sendo entendidos, neste texto, como sinônimos. Nessa perspectiva, a adoção da natureza como externalidade parece ter sido um dos equívocos da modernidade. Essa concepção, por sua vez, é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo e das formas como os seres humanos “apropriam-se” da natureza de distintas maneiras, seja para extração de recursos, como local de práticas diversas etc.

É interessante apontar pesquisas promovidas pelo governo brasileiro, em parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER), as quais procuraram revelar



a consciência ambiental dos brasileiros, mais de dez anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Os resultados desses estudos fizeram parte de uma das contribuições que o Brasil apresentou na conferência Rio+10, em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002.

Essas pesquisas de opinião pública (realizadas a partir de 3.650 entrevistas domiciliares, nos anos de 1992, 1997 e 2001) tiveram como objetivos: entender o conceito de meio ambiente predominante entre a população brasileira, de acordo com um repertório cognitivo e o nível de informação; medir o conhecimento dos problemas ambientais; medir a disposição da população para ajudar na solução dos problemas identificados; e avaliar o desempenho dos atores e instituições que têm a responsabilidade de proteger o meio ambiente (CRESPO, 2003).

A pesquisa “O que o brasileiro pensa da ecologia”, de acordo com Crespo (2003), realizada às vésperas da Rio-92, mostrou que meio ambiente era um conceito ainda muito formal e distante dos brasileiros, identificado principalmente como fauna e flora. Em uma lista de quatorze elementos que fazem parte do meio ambiente, a maioria dos entrevistados não assinalou “seres humanos”, “favelas” e “cidades”. O estudo apontou que, para o brasileiro, ele mesmo não está incluído no meio ambiente, assim como alguns problemas referentes à qualidade de vida nas cidades (como lixo, saneamento, especulação imobiliária e outros). Provavelmente por causa disso, mais de 50% dos entrevistados na pesquisa não souberam identificar e apontar nenhum problema ambiental nos arredores de seu bairro.

Crespo (2003) esclarece que esse estudo foi replicado de quatro em quatro anos (procedimento adotado em países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá), na tentativa de mapear a evolução da consciência ambiental do brasileiro, por meio do acréscimo de temas ou da atualização dos que tinham sido abordados anteriormente. Por exemplo, os termos transgênico, alimento orgânico, consumo consciente e desenvolvimento sustentável, entre outros, foram incorporados, explicados e investigados nas pesquisas subsequentes.

Os principais resultados dessa pesquisa demonstram que o brasileiro se tornou parte de uma sociedade mais comprometida com as questões ambientais. A iniciativa de Crespo (2003) apontou que tímida, mas significativamente, os brasileiros vêm identificando no poder local a oportunidade em que os problemas ambientais podem ser resolvidos. Segundo a autora, parece haver um consenso de que é no nível local que os problemas das comunidades e dos bairros devem ser solucionados; o que justifica e legitima, de certa forma, a existência de ações ambientalistas espalhadas pelo Brasil. Assim, espera-se que aumentem os



mecanismos de democratização na participação política, na formulação de políticas públicas e na gestão de programas comunitários, contribuindo qualitativa e quantitativamente para o engajamento das pessoas nos problemas identificados em suas regiões.

Mesmo diante das limitações de pesquisas de opinião e mesmo após mais de dez anos de sua concretização, grande parte de seus resultados parecem ainda perseverar na atualidade brasileira. Como, por exemplo: para a maior parte dos brasileiros, meio ambiente, ainda, limita-se à flora e à fauna. Embora possam ser observados avanços acerca do conhecimento e das informações sobre as questões ambientais, bem como sobre o acesso a elas, a ausência de percepção de pertencimento a “algo” (do qual fazem parte) parece dificultar a apropriação dos conhecimentos e, até mesmo, sua aplicabilidade no cotidiano.

Ou seja, as práticas sociais que geram diferentes noções de meio ambiente podem variar em termos de como as pessoas residem, vivenciam e se portam em diferentes lugares, recebendo influências de distintas formas de tecnologias. Bruhns (2010) defende que o homem, ao ser natureza e estar mergulhado nela, é produtor e produto de seu meio, e os problemas consequentes se referem à maneira dessa intervenção. A partir dessa abordagem, a autora apresenta questões fundamentais sobre visões romantizadas que possam existir, tais como: a natureza não deve ser concebida como algo estagnado, parado no tempo, pois é movimento ininterrupto, sendo produto de intervenções constantes; as relações com a natureza não devem se fundamentar em pedagogias racionais, técnicas, futuristas ou saudosistas, da mesma forma que as relações de poder e a divergência de interesses estão presentes constantemente em sua existência.

Conforme Leis (1999) argumenta, os debates e as lutas ambientais evidenciam que os valores e os comportamentos da maior parte da população humana apontam para uma simplificação da realidade; o que deveria ser justamente o contrário. Por meio do ambientalismo, passa-se a ter o conhecimento de que todos são habitantes da Terra e não somente de um território, colocando todos como corresponsáveis por sua sobrevivência. Leis (1999) enfatiza que, mesmo querendo e tentando ser “ecologicamente correto”, o homem contemporâneo não consegue, de fato, discutir nem seus padrões de consumo nem as fragmentadas formas de governos institucionais homogeneizantes, o que dirá seus resultados perversos.

Muitas são as informações disponíveis, de diferentes formas, nos diversos meios de comunicação, cada vez mais rápido, conforme padrões da globalização. Porém, isso não significa que todos têm acesso ou, ainda, que sejam afetados por



elas. Apenas uma pequena parte da população desfruta das informações e dessa globalização, sendo necessárias amplas revisões sobre possibilidades de transmissão de conhecimento.

Não por acaso, os problemas ambientais brasileiros podem ser detectados desde a colonização, estendendo-se aos subsequentes ciclos da economia (pau-brasil, cana, café, ouro). Atualmente, os principais problemas ambientais nacionais estão atrelados às práticas agropecuárias predatórias, ao extrativismo vegetal (atividade madeireira) e à má gestão dos resíduos urbanos. Por sua vez, como principais desdobramentos nos níveis rural e urbano, podem ser destacados: perda da biodiversidade, em razão do desmatamento e das queimadas; degradação e esgotamento dos solos, consequência das técnicas de produção; escassez da água pelo mau uso e gerenciamento das bacias hidrográficas; contaminação dos corpos hídricos por esgoto sanitário; poluição do ar nas regiões urbanas; para além dos impactos sociais que estão diretamente relacionados aos ambientais.

À luz desses problemas, historicamente instalados com diferentes nuances, é interessante apontar a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) ao promover a Assembleia Ambiental das Nações Unidas, cuja primeira edição ocorreu em 2014 e a segunda, em 2016. Trata-se de uma importante plataforma da ONU para a tomada de decisões sobre o tema, marcando o início de um período em que o meio ambiente é considerado problema mundial. Assim, pela primeira vez, as preocupações ambientais são colocadas no mesmo âmbito da paz, da segurança, das finanças, da saúde e do comércio (PNUD, 2016).

O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” caminha nessa direção, conforme o PNUD (2016), sob a forma de um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global para o desenvolvimento sustentável. Os cinco “P’s” dessa agenda são: Pessoas – Erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; Prosperidade – Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; Paz – Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Parcerias – Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e Planeta – Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

Por sua vez, os “Oito Objetivos do Milênio” foram adotados pela Declaração do Milênio da ONU, quais sejam: redução da pobreza; atingir o ensino básico



universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (em 2015), a implementação desses objetivos será um desafio, vindo a requerer uma parceria global com a participação ativa de diferentes atores sociais, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, universidades, mídia etc. (PNUD, 2016).

Embora o mundo tenha se tornado mais frágil e pequeno porque se mostra global (LEIS, 1999), a sobrevivência depende, cada vez mais, de escolhas vitais e conscientes. Estas perpassam por questões envolvendo o desenvolvimento sustentável, tema caro a distintas áreas do saber.

1.2. Desenvolvimento sustentável

Foi em 1972, coincidentemente com o fim do acordo de Bretton Woods (firmado em 1944, visou estabelecer parâmetros comerciais que regeriam as relações entre os países mais industrializados do mundo), que ocorreram dois eventos fundadores do “desenvolvimento sustentável”. O primeiro foi o encontro do Clube de Roma, culminando na publicação do relatório “Os limites do crescimento” por um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, cuja principal mensagem foi que os recursos planetários não suportariam o crescimento populacional no presente modelo de desenvolvimento nos países desenvolvidos. Existiram muitas críticas, técnicas e políticas, acerca das conclusões desse relatório. Para muitos, era um documento que reforçava a ideia de que os países desenvolvidos trariam as respostas para os rumos do mundo em desenvolvimento.

O segundo acontecimento significativo de 1972 tratou-se da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano. Pela primeira vez na história da humanidade, a ONU organizou um evento para discutir a política internacional ambiental, tornando-se, portanto, um marco para as discussões subsequentes. A “Declaração das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano” destacou a importância da preservação dos recursos naturais para a manutenção da vida humana no planeta. A pobreza (ou o subdesenvolvimento) foi entendido, nesse contexto, como um dos agravantes dos problemas ambientais. Dessa forma, os países subdesenvolvidos foram chamados a se desenvolver para prevenir problemas ambientais mais graves, e os países desenvolvidos, por sua vez, convocados a ajudar na diminuição do abismo existente entre ambos.



No entanto, somente em 1980 foi enfatizada a agenda política internacional com vistas à harmonização entre prosperidade e ecologia. Em 1984, a ONU instaurou a denominada Comissão Brundtland, com objetivo de reunir países em prol do desenvolvimento sustentável. Por fim, em 1987, diante da publicação do “Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum”, fruto de árduo trabalho intergovernamental, reunindo representantes de 21 países, de catalogação, análise e síntese, foi amplamente divulgada a primeira e mais notável definição oficial de desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

O Rio de Janeiro foi sede, em 1992, do maior encontro da ONU até então, a chamada “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, conhecida também como Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. O desafio de traçar o caminho para o desejado desenvolvimento sustentável estava entre seus objetivos, uma vez que a definição do conceito e de suas problemáticas não era suficiente para a operacionalização de suas propostas. A Rio-92 foi palco de resultados significativos, como convenções e documentos que apontavam ações concretas por parte dos países ali representados, a exemplo da Convenção da Diversidade Biológica, Convenção da Desertificação, Convenção de Mudanças Climáticas (a qual resultou no Protocolo de Quioto, assinado em 1997), Agenda 21 e Carta da Terra, utilizados até os dias atuais como importantes referências na área.

Pode-se afirmar que nenhum outro evento (como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10 em Joanesburgo; as reuniões da Convenção da Diversidade Biológica; as reuniões da Convenção do Combate à Desertificação; as reuniões do Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, resultantes da Convenção de Mudanças Climáticas, as chamadas Conferências das Partes) teve tanta expressão, mobilização, expectativa e empolgação como a Rio-92.

As ocorrências supracitadas foram importantes referenciais para pesquisas e iniciativas comunitárias, educacionais, empresariais, políticas, religiosas e econômicas que passaram a reconhecer a necessidade de mudança em nome da vida do planeta. Mais de 20 anos se passaram desde essa definição de desenvolvimento sustentável e, por mais que ela ainda tenha sentido e significado atuais, é imprescindível assimilá-la, mas, ao mesmo tempo, ressignificá-la.

Diante das evidências preocupantes sobre mudanças climáticas e eventos extremos, bem como sobre a constatação de que os seres humanos são seus



maiores causadores, é preciso buscar diferentes formas de saber, de educar e de ser nesse processo de ressignificação do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, metodologias de ensino, hábitos de vida e pedagogias diversas se alastraram pelo Brasil, sendo a educação ambiental alvo de distintas possibilidades.

1.3. Educação ambiental

É importante destacar a multiplicidade de classificações existentes sobre a educação ambiental, sendo tão extensa quanto as variações de pensamentos existentes no teor do próprio movimento ambientalista. Mesmo diante dessa realidade, em que a educação ambiental é amplamente abordada por várias instâncias, a prática de educação ambiental ainda é pouco conhecida, como, em 2002, apontava Sorrentino. Hoje, infelizmente, esse cenário é de poucos avanços. Observa-se o conhecimento existente sobre o tema muito mais atrelado ao senso comum do que àqueles que têm a responsabilidade do desenvolvimento efetivo do assunto em termos científicos. É preciso o enfrentamento do que o autor chama de “analfabetismo ambientalista” que atinge a população brasileira em todas as classes sociais (SORRENTINO, 2015).

Deve-se reconhecer a complexidade de relações nas quais a educação ambiental está inserida, tal como a história, a cultura, o modo de produção, as necessidades e os desejos de diferentes pessoas e grupos sociais. Dessa forma, Sorrentino (2002, 2015) vem alertando sobre a necessidade de ser visualizado o “ambiental” para além de um adjetivo agregado à palavra educação, mas como parte do processo educacional mais amplo, ainda que possua suas especificidades.

Particularmente no âmbito escolar, acredita-se que a educação, por meio da incorporação da variável ambiental, seja o ponto de partida para as efetivas mudanças requeridas pela sociedade no cenário atual, sendo pertinente ressaltar a existência de diferentes ações e documentos legais, em todo o Brasil, os quais preveem a educação ambiental no conteúdo curricular da educação básica e, transversalmente, em todos os níveis de ensino, na instância formal e informal (BRASIL, 1981, 1997a).

Entende-se, inclusive, que ela deva ser tema transversal em cursos de formação profissional e que a universidade representa um espaço importante para a sua abordagem, tendo em vista que o que nela é feito e a maneira como ela o realiza podem servir de parâmetro para diferentes setores sociais (SORRENTINO e NASCIMENTO, 2010). No entanto, autores destacam que as questões ambientais



ainda estão distantes de estar evidentes nos diferentes níveis educacionais, especialmente quando se direciona a atenção para o contexto universitário (MARINHO, SANTOS e FARIAS, 2012).

Historicamente, tem havido ganhos, embora tímidos, de qualidade na educação ambiental brasileira, que se refletem no nível de organização da mesma no país. Esse avanço é percebido em sua trajetória, que muda de um contexto inicial de realização de ações pontuais espacial e temporalmente para o estabelecimento de parcerias não formais (redes) e a organização de projetos e programas de educação ambiental. Surgem, assim, ações mais estruturadas, envolvendo sinergia entre atores e com caráter temporal mais prolongado, requerendo, portanto, a instalação de um novo momento, no qual as diversas iniciativas desenvolvidas consigam instigar, em seu território, a consolidação de políticas públicas de educação ambiental. Tais políticas devem visar abranger e legitimar a educação ambiental realizada nas diversas localidades, criando, com isso, possibilidades para que ela seja capaz de alcançar todos de distintas formas.

No entanto, Sorrentino (2015) adverte que retrocessos nas políticas ambientais em toda a América Latina, contraditoriamente, levam a questionar a efetividade das políticas e iniciativas de educação ambiental, como, por exemplo: as mudanças no Código Florestal no Brasil, a instalação de indústrias poluidoras e os impactantes empreendimentos hidroelétricos, nucleares e grandes obras que continuam a ser autorizadas a despeito do aumento de eventos climáticos extremos.

Projetos, programas e políticas públicas internacionais, nacionais e locais, conforme salienta Sorrentino (2015), não têm sido suficientes para interromper o avanço da degradação humana, social e ambiental e, portanto, apontam a necessidade de uma educação ambiental permanente, continuada e articulada com a totalidade dos sujeitos. A exemplo, administrações públicas municipais, escolas, instituições de educação superior, unidades de conservação, associações de cidadania, dentre outros atores sociais de um mesmo território, deveriam se consolidar como coletivos educadores ambientalistas capazes de intervir na realidade para que todos possam aprimorar-se física, intelectual, sentimental, psicológica, material e espiritualmente, como ser humano integral.

Nessa perspectiva, assim como destacam Alves et al. (2010), acredita-se que a educação ambiental se concretiza a partir de iniciativas que promovam as relações com os outros seres humanos e com as outras formas de vida sustentadas pelo planeta. Assim, a educação ambiental pode ser entendida como educação política, a ser concretizada como um espaço privilegiado no constante movimento de mudança



para melhores condições de vida, em estreita relação com outros campos de atuação e formação, potencializando a participação e o engajamento crítico e criativo dos indivíduos (MARINHO, 2004a). É na valorização dessas relações e na forma de percepção do outro que a educação ambiental apresenta uma perspectiva de qualidade, de cuidado e de responsabilidade partilhada (ALVES et al., 2010).

Essa prerrogativa aproxima-se das AFEs de aventura na natureza, uma vez que, nessas atividades, a oportunidade de estar em relação com o ambiente natural pode possibilitar o reconhecimento do outro e de nós mesmos como parte desse meio. A aventura vivida na natureza com os outros é consideravelmente relevante para a história humana, contribuindo para o processo de pertencimento, tão caro ao desenvolvimento humano.

2. Segundo momento: refletindo sobre as contribuições das AFEs e meio ambiente

2.1. Atividades físicas e esportivas (AFE) de aventura na natureza

Inicialmente, é importante esclarecer que as atividades a serem neste momento enfocadas estão sendo compreendidas como práticas variadas, manifestadas privilegiadamente no lazer e realizadas na água, na terra ou no ar, distinguindo-se dos esportes ditos “tradicionais” (como futebol, voleibol, handebol, entre outros), principalmente, por suas condições de práticas e por seus objetivos, além de necessitarem de equipamentos específicos para sua realização (MARINHO, 2008). Da mesma forma, é pertinente ressaltar, baseando-se no estudo de Vaz et al. (2016), que o conceito de aventura é dinâmico, possuindo diferenças significativas quando considerados fatos e/ou momentos históricos específicos.

Nessa perspectiva, o termo “aventura” vem sendo associado a diferentes palavras para retratar suas práticas, tais como: esportes de aventura (PAIXÃO e TUCHER, 2010; PAIXÃO et al., 2011), atividades de turismo de aventura (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005), esportes e atividades de lazer na natureza (ARAÚJO, 2012), práticas corporais de aventura (BRASIL, 2016), práticas corporais de aventura na natureza (INÁCIO, MORAES e SILVEIRA, 2013; INÁCIO et al., 2016), atividades de aventura (AURICCHIO, 2013), atividades físicas de aventura na natureza (BETRÁN e BETRÁN, 2006; TAHARA e CARNICELLI FILHO, 2009), atividades de aventura na natureza (MARINHO 2004a, 2008; CHAO et al., 2015; SANTOS et al., 2015), dentre outros que evidenciam a complexidade do fenômeno e as opções acadêmicas, políticas e epistemológicas dos



estudiosos do assunto. Entretanto, para este texto, o termo adotado está sendo “atividades físicas e esportivas (AFEs) de aventura na natureza”, pois está em sintonia com a proposta do “Relatório do Desenvolvimento Humano sobre Atividades Físicas e Esportivas” e leva em consideração todas as práticas corporais que envolvem o movimento humano nesse segmento, incluindo aquelas que se caracterizam como atividade física, esporte ou outros.

Atualmente, as AFEs de aventura na natureza ocorrem de distintas formas, por todo o território nacional, sejam formal ou informalmente institucionalizadas ou não. Para ilustrar uma das possibilidades existentes, a organização do segmento no contexto das unidades de conservação brasileiras parece ser pertinente.

Atualmente, conforme apresentado no estudo de Marinho (2010), o Brasil dispõe de um quadro de unidades de conservação bastante amplo. As unidades de conservação brasileiras abrangem 1.552.769 km² dos territórios continental e marinho. Salienta-se que essas unidades se distribuem por todos os biomas, recobrando em torno de 18,7% do território nacional, sendo 1.250 unidades de conservação de uso direto e indireto, de diferentes âmbitos de responsabilidade federal, estadual e municipal, sem contar as particulares, que somam 790 (BRASIL, 2016).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) divide as unidades de conservação em duas categorias:

1) Unidades de Proteção Integral, incluindo: estações ecológicas, reservas biológicas, monumentos naturais, refúgios de vida silvestre e parques nacionais, estaduais e municipais.

2) Unidades de Uso Sustentável, incluindo: áreas de proteção ambiental (APA), áreas de relevante interesse ecológico (Arie), reservas extrativistas (Resex), reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável, reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) e florestas nacionais (Flona), estaduais e municipais.

Dentre as unidades acima descritas, os parques nacionais e estaduais são o principal foco de nossa atenção. Abaixo, seguem os números de parques nacionais e estaduais existentes, elencados por regiões (BRASIL, 2016), conforme apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Parques nacionais e parques estaduais divididos nas regiões brasileiras.



	Região Norte	Região Sul	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste
Parques nacionais	27	15	22	11	15
Parques estaduais	28	45	50	31	86

Fonte: autoria própria (2016).

São inúmeras as AFEs de aventura na natureza realizadas nesses espaços e, como ilustração, a seguir, estão relacionadas algumas delas:

- Acuaride: descida de corredeiras deitado de peito sobre a boia, remando com os braços.
- Arvorismo: prática realizada entre as copas das árvores; é uma espécie de percurso aéreo, onde são praticadas atividades como andar em cordas bambas, tirolesa, redes, etc.
- Boia-cross: descida de corredeiras sentado em boia individual.
- Caminhadas de um dia: caminhadas curtas, realizadas sem o transporte de muito peso, com retorno ao ponto de partida antes do anoitecer. Mesmo sendo de curta duração, podem apresentar variados graus de dificuldade, conforme a distância e a topografia do percurso.
- Caminhadas longas (travessias): caminhadas de dois ou mais dias, havendo a necessidade de ser transportado o equipamento em mochilas, embora animais de carga também sejam utilizados.
- Canyoning: várias sequências de cascading e descidas de rios.
- Cascading: rapel realizado em cachoeiras.
- Cavalgada: passeios a cavalo, podendo ter a duração de um ou vários dias.
- Caving: visitas a cavernas sem intenção de estudos, sem fins de exploração ou reconhecimento aprofundando das cavernas, o que a diferencia da espeleologia, que é justamente o estudo das cavernas no que se refere a geografia, topografia, geologia, flora e fauna.
- Escalada: refere-se aos diferentes tipos de progressão em rochas e paredes. Existem várias classificações; porém, uma das mais conhecidas divide a escalada em: 1) modalidades em rocha e muro artificial – muro artificial, bouldering, escalada esportiva, escalada livre tradicional ou clássica e big wall e 2) modalidades mistas e em gelo – escalada alpina, alta montanha, cachoeiras congeladas e escalada mista (realizadas fora do Brasil).



- Mergulho autônomo: realizado com uso de reserva de ar (cilindros). É preciso ter credencial para realizar este tipo de mergulho.
- Mergulho livre: realizado sem uso de reserva de ar (cilindros).
- Mountain biking: passeios por trilhas em bicicletas especiais.
- Rapel: técnica de descida por corda, com utilização de cadeirinha (conjunto de fitas de náilon de alta resistência costuradas entre si para envolver as pernas e a cintura do praticante, formando um assento. É nela que o mosquetão e o freio são conectados). Originariamente utilizada por espeleólogos e escaladores.
- Rafting: descida de corredeiras em botes de borracha. Normalmente é realizado com seis remadores. Os níveis de dificuldade vão de 1 (corredeiras fáceis) até 6 (corredeiras perigosas).
- Voo livre: voo com a utilização de equipamentos individuais de sustentação aerodinâmica, em que o prolongamento do voo é obtido com a utilização de correntes de ar ascendentes. As duas modalidades mais praticadas são a asa-delta e o parapente.

É pertinente destacar que, com o objetivo de ajudar no planejamento e na gestão das visitas em unidades de conservação, o Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o diagnóstico realizado em 2003, elaborou o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (BRASIL, 2006c), com base em regras definidas pelo SNUC. Esse documento foi apontado como um marco para a estruturação das visitas em unidades de conservação e uma medida importante para a aproximação entre essas unidades e a sociedade brasileira.

Nesse sentido, alguns dados merecem ser apresentados. Baseada nesse documento, a Tabela 2 apresenta, em percentual, a ocorrência das atividades desenvolvidas nos parques nacionais:

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nos parques nacionais

Atividade	%
Caminhada de um dia	22,41
Cavalgada	2,59
Ciclismo	7,76
Caminhada com pernoite	7,76



Motocross	0,86
Escalada	5,17
Mergulho	3,45
Rafting	2,59
Banho	18,97
Boia-cross	2,59
Canoagem	3,45
Cascading	4,31
Visita a cavernas	3,45
Travessia em cavernas	0,86
Pesquisa em cavernas	0,86
Asa-delta	3,45
Paraquedismo	0,87
Ultraleve	1,72
Parapente	2,59

Fonte: Brasil (2006a).

De acordo com a pesquisa, em todas as regiões brasileiras, as caminhadas de um dia foram destacadas; porém, na região Norte, as atividades aquáticas foram as mais procuradas, ratificando o potencial hidrográfico local. Pôde-se observar uma variedade de opções citadas pelos parques nacionais da região Nordeste, ainda que exista uma baixa representatividade de certas atividades.

A caminhada de um dia e o banho (de cachoeira) foram as atividades mais citadas na região Centro-Oeste, apesar das poucas opções apresentadas. Por outro lado, a região Sudeste apresentou uma grande variedade de atividades, podendo esse fato estar atrelado, de acordo com considerações internas à pesquisa, ao maior número de turistas, ao nível de informação sobre os destinos turísticos, à existência de associações esportivas com maior tradição, à concentração de agências especializadas no segmento da aventura, ao nível de organização dos profissionais da área, entre outros. A região Sul, igualmente, apresentou uma diversidade de



opções, com ênfase para as atividades aéreas, tais como balonismo, asa-delta e paraquedismo.

Na Tabela 3 estão contidas, em percentual, as atividades realizadas nos parques estaduais, conforme a pesquisa em questão.

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nos parques estaduais

Atividade	%
Caminhada de um dia	23,33
Cavalgada	5,33
Ciclismo	9,33
Caminhada com pernoite	6,00
Motocross	1,33
Escalada	6,00
Canyoning	2,67
Mergulho	3,33
Rafting	2,67
Banho	14,00
Canoagem	4,00
Surfe	2,00
Boia-cross	2,67
Cascading	4,67
Visita a cavernas	3,33
Travessia em cavernas	3,33
Asa-delta	2,67
Paraquedismo	0,67
Ultraleve	0,67
Parapente	2,00

Fonte: Brasil (2006a).

Segundo Marinho (2010), a maioria dos estados brasileiros não possui informações sistematizadas, nem mesmo conhece a situação efetiva das unidades sob sua administração. Por isso, a procura por mais conhecimento sobre as áreas protegidas é fundamental, e os estados possuem papel imprescindível nesse



processo, uma vez que estão mais próximos dos problemas e, conseqüentemente, das supostas soluções para cada unidade.

Para que seja possível elaborar sistemas de monitoramento e identificação de estratégias adequadas de manejo e proteção da diversidade biológica, por exemplo, é indispensável que se conheça, minimamente, a constituição da fauna e da flora das unidades de conservação. Da mesma forma deve ocorrer com as demais possibilidades esportivas, recreativas e turísticas que podem ser oferecidas por tais espaços.

Uma questão polêmica acerca das unidades de conservação, segundo Marinho (2010), refere-se ao dilema: criação de novas áreas protegidas X implementação das unidades existentes. Equilibrar as duas iniciativas parece ser o mais sensato; porém, ainda não existe uma política clara sobre isso. Igualmente polêmico é o assunto sobre a exploração econômica de unidades de conservação de uso indireto, a qual deve ser minimamente examinada.

Alguns parques nacionais têm-se mostrado importantes no contexto regional, principalmente onde o turismo é uma das principais atividades econômicas, permitindo uma importante inclusão na economia local ao gerar empregos diretos (funcionários) e indiretos (pousadas, campings, monitores e guias ambientais, alimentação, artesanato e outros) com repasse de recursos da arrecadação para o município. Dos pontos de vista econômico, político e sociocultural, parece ser desastroso o término dessas atividades como desculpa para a manutenção da biodiversidade local. Contudo, a atividade econômica não tem evidenciado os resultados positivos percebidos constantemente no discurso daqueles que amparam o uso intensivo das unidades de conservação.

Os problemas com o desenvolvimento da visitação em unidades de conservação estão relacionados a inúmeros fatores, dentre eles: falta de recursos humanos em geral, ausência de infraestrutura adequada, pouca capacitação profissional, falta de informações e orientações adequadas aos visitantes, além da indefinição da situação fundiária de várias unidades, de invasões e da presença de populações humanas em unidades de uso indireto.

Percebe-se, portanto, que os obstáculos não se resumem à falta de recursos financeiros. A fragilidade do sistema de unidades de conservação extrapola aspectos dessa origem, estando, também, atrelada à falta de capacidade dos órgãos governamentais para proporcionar instrumentos adequados ao seu manejo e à sua proteção. É preciso lembrar, igualmente, que uma grande parte de áreas protegidas



encara ameaças ocorridas pela expansão urbana e de projetos de infraestrutura (estradas, rodovias, barragens), sem apontar a existência da caça e das queimadas predatórias (RYLANDS e PINTO, 1998).

Da mesma forma, os recursos obtidos com a venda de ingressos e com outras atividades e produtos demoram a retornar à fonte original, quando voltam. Graziano et al. (1998) discutem justamente como as rendas geradas pelo ecoturismo em geral pouco estão beneficiando as populações locais onde este ocorre, permanecendo concentradas nos agentes intermediários oriundos dos centros urbanos, bem como em empreendimentos externos.

Nesse sentido, mesmo que seja possível o desenvolvimento de projetos de geração de renda, em algumas unidades de conservação, particularmente aquelas favoráveis ao ecoturismo, planejamento e investimentos prévios se fazem necessários, ou, então, as consequências serão a degradação da área e a baixa taxa de retorno dos recursos gerados para a sua manutenção. Por todas essas questões, pode-se acreditar que, por um lado, o sistema de unidades de conservação brasileiro representa um avanço bastante significativo para o país; contudo, por outro lado, ele também representa uma base, ainda, delicada, carente de reflexões e intervenções (MARINHO, 2010).

Seja qual for o contexto, o fenômeno da aventura está sendo compreendido como uma oportunidade significativa para a vivência de emoções e sensações, que podem ser capazes de contribuir para mudanças de comportamentos e atitudes, atreladas às demais esferas da vida humana. Então, está dada uma possibilidade de os seres humanos estabelecerem uma relação com a natureza, diferenciada dessa que vem sendo empreendida na modernidade.

A natureza, ao se tornar parceira esportiva, turística e de lazer indispensável, exige a sua preservação, como condição necessária. Nesse cenário atual, as AFEs de aventura na natureza surgem como interface frente aos desafios que são colocados na conciliação entre o desenvolvimento social e a proteção dos recursos naturais. É notória a atenção que têm recebido as questões que tratam do meio ambiente no Brasil, conforme discutido na parte inicial deste texto e, neste momento, destaca-se, inclusive, o aumento do interesse pela aventura supondo, por sua vez, a presença de elementos naturais como relevantes para sua realização.

De acordo com dados recentes do Portal Brasil (2016), a procura pelo país como destino de ecoturismo e de turismo de aventura (termos utilizados pelo Ministério do Turismo) subiu de 12,8%, em 2014, para 15,7% em 2015. Com base



na pesquisa “Demanda Turística Internacional” (do Ministério do Turismo), esse dado reforça a posição do Brasil como um dos principais destinos para os estrangeiros.

Da mesma forma, segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a visitação às unidades de conservação federais aumentou significativamente nos últimos dez anos. Se forem considerados somente os parques nacionais, o número de visitantes subiu 238%, passando de 2,99 milhões, em 2007, para 7,14 milhões em 2015. O Portal Brasil (2016) também apresenta o país como o melhor do mundo para o turismo de aventura, apontado pelo ranking global “Best Countries” em primeiro lugar entre sessenta países avaliados, o que pode ser principalmente alegado por sua extensa biodiversidade e seus vastos ecossistemas.

Essa abordagem é retratada pela área do turismo, a qual reconhece o avanço significativo do setor no que se refere às iniciativas para implementação do segmento turismo de aventura. Em particular, pode-se apontar o processo de normalização e certificação do segmento no Brasil, desde 2003, o qual se constitui em uma iniciativa do Ministério do Turismo, sob a coordenação da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, tendo como entidade executora o Instituto de Hospitalidade (IH) e o apoio da Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura (Abeta). Além de identificar os aspectos críticos da operação responsável e segura do turismo de aventura, ele busca subsidiar o desenvolvimento de um conjunto de normas técnicas para as diversas atividades que compõem o setor, no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Os objetivos do projeto são: identificar os aspectos críticos de operação responsável e segura do turismo de aventura, desenvolver um sistema de normas para esses aspectos críticos identificados, desenvolver normas para ocupações conforme demandas específicas, desenvolver um processo de divulgação e sensibilização com as empresas e seus grupos de clientes acerca da importância das normas desenvolvidas e desenvolver um manual de resgate para as atividades de turismo de aventura no país (ABREU e TIMO, 2005).

Contudo, no âmbito do Ministério do Esporte, poucos avanços se efetivaram sobre a temática da aventura atrelada ao esporte, embora tenham existido iniciativas para a constituição de uma política nacional sobre o tema, por meio da criação de uma Comissão Especial de Esporte de Aventura. Destaca-se, assim, o conflito, iniciado em 2003 (e, de certa forma, nunca finalizado), entre os ministérios do Esporte e do Turismo sobre as responsabilidades de um ou outro quando o tema aventura se



constitui em práticas de lazer, esportivas ou turísticas. Tal assunto foi debatido ampla e publicamente em distintos eventos de ambos os segmentos.

Em busca de uma sociedade democrática e plena de direitos, acredita-se que os conflitos devem ser entendidos como molas propulsoras para a ampliação e o fomento do desenvolvimento social em variados setores. Nesse sentido, inclusive, as ressonâncias dos conceitos sobre os termos utilizados (turismo de aventura e esporte de aventura, no caso das opções pelos ministérios supracitados) retratam as políticas públicas e setoriais para o segmento, as quais deveriam atingir os desejos e as necessidades de um coletivo nacional e não os interesses de um ou outro setor.

Dessa forma, em âmbito federal, acredita-se que deva se efetivar a participação de distintos ministérios, como o do Esporte, o do Meio Ambiente, o do Turismo e, inclusive, o próprio Ibama, em cujos contextos fossem discutidas e fomentadas regulamentações específicas, conforme os estados e os municípios, dadas as peculiaridades regionais brasileiras. Em nível estadual, por exemplo, seria interessante a mobilização dos estados, tal como procedeu a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Maranhão com a implantação de uma comissão especializada na aventura, tendo se reunido com representantes das federações e associações da área, a fim de tratar de seu fortalecimento no estado e levantar as demandas das modalidades representadas. Por sua vez, na esfera municipal, também deve ser estimulada e promovida ampla participação comunitária.

Como apontado anteriormente, são múltiplos os estudos brasileiros, em sua maioria oriundos da Educação Física, que destacam a emergência de uma visão interdisciplinar sobre o tema aventura. Acredita-se que esse assunto deva ser promovido de distintas maneiras, seja pela prestação de serviços turísticos e de lazer, seja por federações esportivas; entretanto, tendo como cerne uma gestão multidisciplinar. Crença essa corroborada por estudos (MARINHO, 2006; MARINHO e INÁCIO, 2007) apontando a necessidade da estreita relação do tema com a Administração, com a Sociologia, com o Turismo, com a Educação, com a Ecologia, com a Pedagogia, com a Geografia, entre outras; legitimando-o como práticas cotidianas, e não apenas como uma simples mercadoria ou serviço, situação igualmente denunciada na parte inicial deste texto.

Assim, destaca-se que, atualmente, no Brasil, o setor turístico tem avançado na sistematização e na normatização do segmento da aventura, enquanto o setor esportivo consolida algumas das modalidades de aventura por meio de suas federações e associações. Independentemente dos avanços ou retrocessos na área, é importante enfatizar que a associação do esporte ao turismo (e vice-versa) e à



natureza não é nova, existindo e sendo retratada de distintas formas ao longo da história humana (especialmente por meio das primeiras expedições a locais longínquos e inabitáveis que sempre despertaram o desejo da humanidade). No entanto, as formas mais recorrentes como tais aproximações têm ocorrido na contemporaneidade vêm despertando diferentes e instigantes olhares, de distintos ramos: universidades, empresas, escolas, entre outros. Assim, pretende-se, a seguir, refletir sobre as contribuições acadêmico-científicas da área, a importância da educação ambiental e os contextos universitário e escolar.

2.2. AFEs: produção científica e caminhos para educação ambiental

Em âmbito internacional, especialmente na Europa, nos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia, destaca-se a crescente produção científica envolvendo a educação e a aventura (BREIVIK, 2010; HUMBERSTONE, 2011; GLYN, 2015; BUCKLEY, 2016), bem como a visibilidade e o reconhecimento do assunto em eventos científicos, englobando diferentes áreas do conhecimento. Por outro lado, quando se volta à cultura latino-americana, esse quadro parece ser incipiente (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2007; NIESENBAUM e GORKA, 2001), podendo ser uma consequência dos diferentes desafios enfrentados por pesquisadores de países latino-americanos, sendo a barreira do idioma um dos mais evidentes. O tempo de existência desse campo de pesquisa em países em desenvolvimento pode, de certa forma, explicar a falta de estudos provenientes da América Latina em periódicos internacionais (MARINHO e REIS, 2016).

Partindo dessas ideias, é importante destacar uma interessante iniciativa referente à organização de uma edição temática do *Journal of Adventure Education and Outdoor Learning* (Jaeol). Marinho e Reis (2016) procuraram promover a publicação de trabalhos versando sobre os “Desafios e Experiências em Educação ao Ar Livre na América Latina”. Essa iniciativa surgiu diante da necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a diversidade de visões a partir das reflexões existentes sobre a educação ao ar livre, no contexto dos diferentes países latino-americanos. Essa oportunidade apresentou-se como inovadora, uma vez que os países que compõem a América Latina possuem peculiaridades e diferenças que os distinguem dos demais continentes, possuindo suas próprias especificidades culturais, históricas, econômicas, sociais, políticas, étnicas, ambientais, dentre outras.



Embora poucos estudos latino-americanos referentes ao tema AFEs de aventura na natureza tenham sido encontrados na literatura internacional, por contrapartida, observa-se, de forma crescente, uma ampla produção científica em nível nacional. Nos últimos anos, em particular no Brasil, intensificaram-se estudos e intervenções sobre essa temática, fornecendo ferramentas para melhor compreensão do fenômeno. São emblemáticas as pesquisas brasileiras focando, por exemplo, as relações entre as atividades de aventura e distintas populações: idosos (DIAS, 2006; CHAO et al., 2015; VISCARDI et al., no prelo), deficientes (HOLLEBEN, 2009; SANTOS, 2014), crianças e adolescentes (FREITAS et al., 2016; SILVA et al., 2016).

É interessante destacar que, no Brasil, as discussões acadêmico-científicas sobre o tema da aventura tiveram importante contribuição da área de Educação Física. Por exemplo, criado em 1995, o Grupo de Estudos Lazer e Cultura (Glec), sob a coordenação da professora Heloisa Turini Bruhns (atualmente, aposentada), junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, constituía-se como um espaço alternativo de discussões e aprofundamentos de temas relativos às questões socioculturais, relacionando lazer e corpo. Havia, naquela época, uma sensível aproximação com os temas relacionados ao meio ambiente, cujos reflexos trouxeram (e têm trazido) significativa contribuição aos estudos brasileiros, tendo sido, portanto, pioneiros naquele momento da história.

Como importante ocorrência histórica na área, é emblemática a seção especial Mesa Redonda, intitulada “Lazer & Meio Ambiente”, publicada na Revista Conexões (n. 3, 1999), a qual apresenta artigos de membros do laboratório supracitado. Dez anos depois, os autores dessa seção especial assumem, quase em sua maioria, papel de professores doutores em universidades públicas do país, engajados com pesquisa, ensino e extensão, direta e/ou indiretamente, envolvendo questões ambientais (PIMENTEL, 2013; MARINHO, 2013; CHAO et al., 2015).

Nessa perspectiva, foi marcante também a contribuição da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) que abordou, pela primeira vez, de forma sistemática, o tema lazer e meio ambiente, por meio do editorial sobre os “Estudos do lazer e meio ambiente na agenda da globalização” em 1997. Esse volume teve contribuição de importantes estudos na área, em especial os de Bruhns (1997) e Inácio (1997), tendo sido inspiradores para novas investigações sobre o tema. Dez anos após a publicação desse editorial, a RBCE contribuiu significativamente com o tema, dando visibilidade novamente, em 2007, para as discussões acerca da relação



meio ambiente, Educação Física e ciências do esporte, privilegiando a diversidade de enfoque de importantes pesquisas realizadas no Brasil, bem como as contribuições do sociólogo francês David Le Breton e da pesquisadora norte-americana Barbara Humberstone, ícones mundiais dos estudos na área, a partir de distintas abordagens.

Mais recentemente, em 2014, a Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL), publicação da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (Anpel), publicou um importante “Dossiê Lazer e Meio Ambiente”, destacando estudos com problematizações e aprofundamentos sobre conhecimentos na área, reconhecendo e legitimando, assim, os estudos nessa área em ampla consolidação.

Também é relevante apontar o maior reconhecimento e visibilidade em eventos científicos em várias áreas do conhecimento, nos âmbitos regional, nacional e internacional. Pode-se afirmar que a produção de conhecimento se encontra em um patamar substancial e expressivo, legitimada por órgãos de fomento e pela chancela de entidades representativas da categoria, as quais, por meio de congressos e simpósios, veiculam tais produções, com difusão, inclusive, para além dos limites nacionais.

Nesse contexto, um importante evento científico da área do lazer no Brasil, o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel), produziu anais científicos relevantes para o tema ambiental; em especial, por meio de duas de suas versões. A quarta edição do Enarel ocorreu, em 1992, no Rio de Janeiro (RJ), organizada pela Associação Cristã de Moços, com a temática “Lazer, turismo e meio ambiente”. O evento foi desenvolvido tendo como cenário, justamente, a Rio-92, promovendo discussões sobre as questões ecológicas, incluindo as vertentes sociais, políticas e econômicas, o que, com as diferentes abordagens em relação ao lazer, contribuiu para o desenvolvimento dessa área. Por sua vez, como registram Marcellino e Isayama (2014), ainda nutrido pela emergência do assunto, em sua 11ª versão, o Enarel, realizado em Foz do Iguaçu (PR), promoveu a temática “Lazer, meio ambiente e participação humana”, estimulando significativas discussões para o tema, que começava a se consolidar.

Em especial, também é ilustrativo o Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), tendo sido criado em 2006, motivado pelo crescimento emergente de interessados em investigar temas atrelados à aventura. Atualmente, o evento está em sua nona versão nacional e terceira internacional, trazendo significativa contribuição para os estudos específicos da área da aventura.



Além da responsabilidade que estudiosos têm assumido com o debate sobre esse tema ao longo dos últimos anos, deve-se estar atento para os diferentes rumos que o segmento pode seguir. Por exemplo, por um lado, as AFEs de aventura na natureza têm sido abordadas timidamente em cursos de formação, mas, por outro lado, têm sido assimiladas vorazmente pelo mercado do lazer, assumindo características predatórias. Jacobi (1998) enfatiza que, tendo em vista a banalização dos locais e a produção de efeitos destrutivos e desagregadores dos meios social e natural, é necessário estar alerta ao discurso do desenvolvimento econômico, o qual, muitas vezes, é superior em valor ao papel essencial do espaço natural, conduzindo ao turismo predatório.

De acordo com Bahia (2008), isso significaria afirmar que, apesar da apropriação do segmento aventura pelo mercado, também é possível (e necessário) reconhecer e desenhar estratégias evidenciando as potencialidades do mesmo, vislumbrando a busca por soluções capazes de concretizar os potenciais educativos e transformadores do contato com a natureza. O aumento dos impactos socioambientais causados pela visitação e pela prática de AFEs de aventura na natureza deve ser gerenciado preservando, entre outros fatores, os modos de vida das populações tradicionais residentes em tais áreas.

Acredita-se, nessa perspectiva, que a educação ambiental, bem como o planejamento da visitação, torna-se fundamental, utilizando-se formação profissional daqueles que atuarão como promotores das atividades, além de equipamentos e técnicas que conciliem uso e conservação. Segundo Bahia (2008), algumas alternativas podem ser consideradas como possibilidades de uma “coexistência pacífica” entre atividades de lazer e meio ambiente em áreas naturais, tais como: a) conhecimento da intensidade da prática a ser realizada, fator fundamental para a ciência de possíveis impactos; b) capacidade de carga recreacional das áreas a serem utilizadas, a fim de minimizar danos ao meio ambiente; c) planejamento responsável, com engajamento de vários atores sociais, os quais devem participar das distintas etapas da ação, a fim de um maior entrosamento entre técnicos de secretarias, organizadores e comunidades envolvidas; d) análise técnica de impactos positivos e negativos das atividades em áreas naturais com equipe multidisciplinar de órgãos governamentais e/ou não-governamentais (secretarias de meio ambiente, secretarias de esporte e lazer, secretarias de turismo, Ibama, entre outros), ou seja, cooperação institucional; e e) preocupação com programas de “educação ambiental” capazes de abranger esportistas amadores ou profissionais, turistas, técnicos e comunidade local.



Bahia e Sampaio (2005) apresentam alguns dos impactos resultantes da prática de atividades na natureza (seja na terra, água ou ar), sendo possível verificar que, embora algumas modalidades possuam baixo grau de intensidade, todas causam, de uma forma ou de outra, certo tipo de impacto socioambiental, como, por exemplo: poluição (queima de gases, barulho, resíduos), alterações e destruição da vegetação, interferência social e cultural em comunidades do entorno, compactação e erosão do solo, alteração no habitat de animais, alterações na fauna subaquática, emissão de gases produzidos por motores e impacto na abertura e utilização de trilhas. É importante identificar que impactos ambientais também têm sido reconhecidos por comunidades locais, preocupadas com o aumento gradativo dessas práticas associado aos danos sociais, culturais e ambientais por elas causados.

Tanto quanto mostrar os aspectos positivos e envolventes manifestados nessas atividades, também não se pode negligenciar que tais práticas se desenvolvem mediante aspectos contraditórios e de tensão frente aos paradoxos e desafios colocados na conciliação entre os desejos pessoais, as relações sociais que se estabelecem e a proteção/conservação da natureza. As AFEs de aventura na natureza não estão à margem dos modos de reprodução que degradam o meio ambiente, pois, por exemplo, inúmeras vezes, os próprios praticantes são agentes descompromissados com os cuidados para com os recursos naturais, causando impactos na realização de suas práticas. Situações estas em que a natureza é reconhecida unicamente como lócus, cenário para a prática esportiva, sem a compreensão de sua complexidade como parte, parceira, da qual o aventureiro é parte inerente e com a qual precisa estar em um movimento de sinergia para saber cuidar.

Isto é, o estudo das AFEs de aventura na natureza não seria apenas uma forma de oportunizar uma mudança de lócus, com fins de entretenimento (o que também pode ser interessante em determinado contexto). Seria uma forma de valorizar uma temática em emergência e de extrema importância para diferentes profissionais, demarcando novas possibilidades no mercado de trabalho e, mais ainda, evidenciando tais práticas como valiosas oportunidades para mudanças de comportamentos, atitudes e valores, contribuindo para o desenvolvimento humano.

Os corpos na natureza são levados a fazer coisas incomuns, tais como passar por situações inimagináveis, esforçando-se em caminhos excepcionais, submetendo-se a experiências extremas, trabalhando com sensações e sentidos pouco utilizados normalmente. A influência sobre os sentidos humanos,



proporcionada pelas AFEs de aventura na natureza, pode permitir a efetivação de mudanças de ordem social e pessoal, uma vez que tais mudanças só acontecem quando experiências significativas estimulam as sensações e as percepções dos participantes.

Tais experiências significativas estão sendo entendidas como as mais urgentes na vida contemporânea, uma vez que a vida líquida, passageira e carente de sentidos e significados, retratada por estudiosos (BAUMAN, 2001; SENNET, 2000), vem destituindo os seres humanos das suas capacidades criativas, lúdicas e sensíveis, sem as quais não conseguiriam se manter e manter seus corpos como primeiro espaço ecológico, capaz de perseverar o cuidado com os outros espaços dos quais faz parte.

Partindo, portanto, dessas contradições, acredita-se que as AFEs de aventura na natureza, por um lado, configuram-se como potencialidades para o desenvolvimento humano e, por outro, requerem um olhar cuidadoso que promova a prática sustentável. Por essa perspectiva, na tentativa de enaltecer a cidadania e a emancipação humana, enfatiza-se a importância de focar a reflexão sobre a relação entre as AFEs de aventura na natureza e a educação ambiental. Reflexão essa que, conforme discutido anteriormente, tem apontado para um estreitamento significativo dessa relação por meio do lazer, seja ele no turismo ou não.

Dentre os desafios na realização da educação ambiental, relativos à sensibilização e à mobilização de coletivos para enfrentar e solucionar problemas, estão aqueles referentes à construção de situações/jogos/simulações que permitam o exercício da capacidade de trabalho interdisciplinar e intersaberes, com o objetivo de construir conhecimentos e procedimentos capazes de preparar os sujeitos para tomadas de decisão sobre grandes impasses, com os quais todos se deparam na vida atual (SORRENTINO, 2002).

Nesse sentido, tanto a educação ambiental quanto o lazer se constituem em atos políticos. Por enquanto, como alerta Santos (2000), é, sobretudo, política das empresas, da lógica excludente do capital. Contudo, é possível perceber a desobediência pacífica de grupos e instituições que procuram estimular a produção de cultura e de consciência ecológica mais perto da sensibilidade popular, e não simplesmente só do mercado. Essas iniciativas podem ser estimuladas e multiplicadas de inúmeras formas, podendo (e devendo) obedecer a um projeto político mais amplo, transgressor, coerente e inovador.



Daí a importante epígrafe deste texto com o alerta de Santos (2000). O empenho pela ética e pelo respeito às diferentes formas de vida e o incentivo pela autonomia, pela solidariedade e pela democracia são algumas das metas cultivadas e almeçadas tanto pelo lazer, manifestado em práticas descompromissadas, quanto pela educação ambiental. Infelizmente, a educação formal deixa suas funções a desejar, uma vez que parece se ater apenas a um ensino teórico massivo ou a práticas esvaziadas de conteúdos e, nesse processo, com o sentido de superação, a educação ambiental tem como finalidade a formação de atores conscientes, sensíveis e críticos no que se refere aos recursos naturais.

Trabalhar com as AFEs de aventura na natureza exige mais que familiaridade com questões socioambientais; exige um envolvimento dinâmico, intenso, inovador e muito responsável. Somente assim essas práticas se consumarão como oportunidades para o desenvolvimento de uma sensibilidade humana mais profunda. Ou seja, as experiências de esporte, turismo e/ou lazer na natureza podem contribuir para o despertar de uma sensibilidade e de uma responsabilidade ambiental coletiva, contribuindo, até mesmo, para impulsionar o estabelecimento de políticas em níveis local e global.

Com base nessas considerações, também é preciso assinalar a urgência do debate sobre as AFEs de aventura na natureza como conteúdo da formação profissional e da educação física escolar, caras à educação nacional.

2.3. AFEs e ensino superior: contribuições para a formação profissional

Outro dado importante, na atualidade, para ser refletido sobre as AFEs de aventura na natureza relaciona-se à ampla abertura e implementação de disciplinas optativas e obrigatórias em cursos de ensino superior, em particular em cursos de Educação Física e de Turismo. Até o momento, em levantamentos nas principais bases científicas de dados nacionais, não foram encontrados na literatura estudos apontando a ocorrência em outros cursos além dos supracitados.

As relações institucionais desse nível são, de certa forma, recentes no Brasil, uma vez que as AFEs de aventura na natureza são fruto de opções, muitas vezes, descompromissadas e desvincilhadas de institucionalizações. A Educação Física, por exemplo, ao priorizar a atividade física em ambientes urbanos – como ginásios, academias, escolas e clubes –, subestimou por bastante tempo a ascensão do tema aventura no ambiente natural. Diferentes espaços, como acampamentos, colônias



de férias, hotéis fazenda, ruas de lazer, entre outros, mostram-se como possibilidades para tais manifestações.

Acredita-se que a formação inicial universitária possua, como uma de suas responsabilidades, a aproximação adequada dos alunos à futura realidade de intervenção. Contexto no qual as práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso são consideradas primordiais, podendo ser inseridas no universo mais amplo das universidades, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, as instituições de ensino superior são responsabilizadas pela definição de propostas pedagógicas capazes de estabelecer o corpo de conhecimentos a ser aprendido pelos futuros profissionais, bem como a organização e a articulação desses conhecimentos no tempo estabelecido legalmente para esse fim (NASCIMENTO et al., 2009).

Dessa forma, os currículos universitários deveriam, portanto, apresentar disciplinas e projetos que contemplem questões políticas, sociais e culturais que permeiam os diversos espaços de atuação, para que, ao término da graduação, os indivíduos estejam aptos a ingressar no mercado de trabalho, assumindo as responsabilidades exigidas pela profissão. Higinis e Humberstone (1999) esclarecem que, no Reino Unido, por exemplo, há o National Governing Body, órgão nacional que contribui com a formação de pessoas que têm interesse em trabalhar com atividades esportivas como montanhismo, escalada, canoagem, orientação, entre outras. Os autores apontam que existe um número significativo de profissionais atuantes nessas atividades no Reino Unido, capacitados exclusivamente por meio desse sistema, havendo, inclusive, um incentivo às mulheres para se capacitarem e trabalharem nesse ramo.

Por outro lado, no contexto brasileiro, contrasta-se a inexistência de formação oficial específica para o profissional que trabalha como instrutor no segmento da aventura. É comum alguns desses instrutores terem formação inicial em Educação Física, uma vez que, devido à vinculação histórica dessa área do conhecimento com o esporte, as discussões e as responsabilidades na abordagem da temática geralmente recaem sobre ela (PAIXÃO e TUCHER, 2010).

Em recente pesquisa, Corrêa e Delgado (2016) investigaram a existência de disciplinas relacionadas à aventura nos currículos dos cursos de formação inicial em Educação Física, de instituições de ensino superior públicas e privadas do Brasil; bem como analisaram suas ementas. A pesquisa se deu por meio do banco de dados do E-MEC (site) e dos sites das próprias instituições. Os autores apontam que, dos 1.274 cursos de Educação Física no Brasil, 351 contemplam alguma disciplina



relacionada à aventura. Destes, apenas 68 apresentaram a ementa, contemplando, em sua maioria, estudos sobre ecoturismo, planejamento, organização e prática organizada das AFEs de aventura, apontando, por sua vez, a preocupação atual com o debate sobre questões ambientais presente na sociedade. Para corroborar com o número reduzido de ementas encontradas nesse estudo (embora o número de disciplinas pareça significativo), é interessante destacar que outros estudos têm apontado, em algumas instituições de ensino superior, a existência de disciplinas específicas sobre o assunto na matriz curricular do curso de graduação em Educação Física (INÁCIO, MORAES e SILVEIRA, 2013; SANTOS et al., 2015; MARINHO et al., 2016).

Outro interessante estudo (FARIAS et al., 2016) analisou as estruturas curriculares e os respectivos projetos pedagógicos dos cursos de 19 instituições, sendo 12 universidades federais e sete universidades estaduais, situadas geograficamente nas diferentes regiões do território brasileiro. A análise desse estudo centrou-se no conhecimento dos estudantes sobre as atividades de aventura, os conteúdos e os saberes a serem fomentados na formação inicial, bem como no campo de intervenção do profissional de Educação Física.

As evidências encontradas nesse estudo permitiram identificar, mesmo que restritamente, a construção do conhecimento sobre as atividades de aventura na natureza, proporcionado aos estudantes de cursos de formação inicial em Educação Física, em diferentes contextos. Constatou-se que, em todas as regiões brasileiras, há universidades federais e estaduais contemplando, nas estruturas curriculares, disciplinas que abordam o conteúdo aventura, assim como observado nos estudos de Correa e Delgado (2016). Esse conteúdo torna-se mais acentuado em cursos de bacharelado. Todavia, esse conteúdo nos cursos de licenciatura tende a transpor o conhecimento tradicionalmente ministrado na disciplina, abordando, assim, o ambiente como tema transversal (FARIAS et al., 2016).

As diferenças regionais brasileiras, bem como a localização geográfica das universidades federais e estaduais, talvez representem alguns dos fatores da não representatividade de disciplinas sobre o tema nas grades curriculares na totalidade das instituições brasileiras. Entretanto, conforme destacam Farias et al. (2016), as ementas em ambos os cursos, licenciatura e bacharelado, abordam a preocupação com a aprendizagem dos estudantes sobre os contextos regionais (zonas rural e urbana), estaduais e nacional do desenvolvimento dessas atividades, bem como as ações nos diferentes espaços (aquático, terrestre e aéreo).



Nessa direção, a respeito das influências culturais e regionais, é pertinente apontar que, de acordo com as Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação (BRASIL, 2006b), na região Norte, por exemplo, as modalidades aquáticas são as mais procuradas por turistas e praticantes, ratificando o potencial hidrográfico local (o surfe da pororoca é uma modalidade que existe apenas naquela região, atraindo interessados de diversas partes do país). Por outro lado, a região Sudeste apresenta uma significativa variedade de atividades, podendo esse fato estar atrelado, de acordo com as diretrizes supracitadas, ao maior número de turistas, ao nível de informação sobre os destinos turísticos, à existência de associações esportivas com maior tradição, à concentração de agências especializadas no setor, ao nível de organização dos profissionais da área, entre outros. A região Sul, por sua vez, apresenta uma diversidade de opções, com ênfase nas atividades aéreas, tais como o parapente e a asa-delta. A infraestrutura dos próprios parques estaduais e nacionais favorece essas manifestações esportivas, turísticas, culturais e de lazer (MARINHO, 2010).

Retomando a pesquisa de Farias et al. (2016), os aspectos didáticos e metodológicos foram encontrados nas descrições das ementas investigadas. Enquanto as disciplinas do bacharelado priorizam a aprendizagem dos fundamentos das modalidades esportivas, as disciplinas dos cursos de licenciatura procuram envolver orientação e supervisão docente, bem como fatores relacionados ao planejamento, aos fundamentos e à avaliação das modalidades de aventura.

De acordo com o estudo, o conjunto de saberes adquiridos nos cursos de licenciatura em Educação Física é formado por fatores de risco associados à percepção do indivíduo sobre as condutas inerentes à aventura (LE BRETON, 2009). Essa temática é apontada na literatura, muitas vezes, a partir do olhar dos praticantes das atividades (MARINHO, 2008), mas parece não ter ultrapassado o parâmetro da execução, expandindo-se para outros limites, podendo ser observada a partir dos vieses educativo e didático. Nesse contexto, é interessante destacar que, na atualidade, a mídia, as empresas no setor da aventura e a própria escola estão investindo em fatores desafiadores ao ser humano e, conseqüentemente, aos estudantes. Segundo Farias et al. (2016), a apropriação desse conhecimento pelo estudante poderá futuramente garantir, no seu contexto de trabalho, a diversificação de conteúdos nos diferentes anos/séries escolares, proporcionando estímulos apropriados às diferentes fases da vida, a começar pela educação infantil.

Os adolescentes, conforme Le Breton (2009) anuncia, vivem constantemente momentos de experimentação, de ações desafiadoras e de exploração do ambiente.



As aspirações juvenis anunciam algo inovador, conduzindo aos desafios e à ambiguidade entre o certo e o desejo, entre o real e o fascinante. Nessa perspectiva, os conhecimentos sobre os fatores de risco foram destacados nas ementas das disciplinas investigadas no estudo de Farias et al. (2016), sendo que o imaginário atrelado à adrenalina, à superação de limites, ao prazer e ao risco no desenvolvimento das modalidades de aventura na natureza é destacado como conteúdo a ser aprendido no decorrer das disciplinas. Em concordância, Pimentel (2013) aponta os fatores demarcados na saúde associados à relação com a adrenalina, fatos que em determinados momentos são extrapolados na individualidade e na consciência do indivíduo.

A preservação da natureza e a questão ambiental foram os conteúdos mais evidenciados nas disciplinas dos cursos de licenciatura e bacharelado das ementas investigadas no estudo de Farias et al. (2016). Tais ementas retratam os saberes a serem adquiridos pelos estudantes sobre a educação ambiental e o equilíbrio com a natureza, a aventura, os fatores ambientais e o impacto destes na sociedade.

Esses resultados são bastante pertinentes e parecem estar em sintonia com as emergências ambientais retratadas ao longo deste texto. Portanto, a universidade não poderia deixar de contemplar, de alguma forma, a discussão ambiental necessária, refletindo sobre as ações relacionadas ao ambiente em que está inserida. Nesse contexto, mostram-se como propícias as disciplinas relacionadas às AFEs de aventura na natureza, uma vez que elas requerem, necessariamente, que se aborde o conteúdo da educação ambiental e dos cuidados que cada modalidade requer para sua sustentabilidade.

Os saberes enunciados nas disciplinas do estudo de Farias et al. (2016) referem-se ao conhecimento sobre manutenção de equipamentos para a prática das modalidades esportivas, à atuação profissional, perpassando pela competência pedagógica e pela didática para o ensino na intervenção profissional com deficientes e população em geral, entre outros. Acredita-se, dessa forma, que a construção de saberes para a intervenção profissional no campo das AFEs de aventura na natureza surge como preponderante nos cursos de formação inicial, seja na Educação Física ou em outra área.

Assim, é possível acreditar que, se um curso superior propõe uma qualificação profissional de qualidade, com a garantia de que o futuro aluno formado possa ter sucesso na intervenção profissional, o segmento da aventura deve ser relacionado com distintas áreas de conhecimento, dentre elas o Turismo, por exemplo. Acredita-se que uma única área, nesse caso a Educação Física, não seja



o suficiente para dar conta de todos os conteúdos e elementos necessários para a formação adequada do profissional que pretende trabalhar no segmento da aventura.

Apesar da inclusão das AFEs de aventura na natureza nos currículos dos cursos de formação inicial em Educação Física, conforme observado no estudo de Farias et al. (2016) e de outros (INÁCIO, MORAES e SILVEIRA, 2012; CORREA e DELGADO, 2016), ela ainda se configura como uma lacuna a ser preenchida, considerando que a maioria das instituições federais de ensino superior ainda não aborda o tema. Acredita-se na importância desse conteúdo para a área e advoga-se pela sua ampliação nos cursos de formação inicial e continuada da mesma, bem como pela sua inserção no âmbito da educação física escolar.

2.4. AFEs e educação física escolar

Pode-se notar, conforme denunciam Pimentel, Moreira e Pereira (2013), a dificuldade inicial da escola em superar a apreensão idealista do conteúdo ambiental, visto que, em termos de estratégias de abordagem da temática, ela mantém o rito de eventos especiais (Semana do Meio Ambiente, gincana ecológica, Dia do Índio, entre outros), cuja eficácia é questionável, transformando a iniciativa em algo passageiro. Os autores pontam que, há 30 anos, por exemplo, as crianças presenciavam campanhas, em escolas públicas, sobre a possibilidade de esgotamento do petróleo. Naquele momento, portanto, parece que o meio ambiente era apenas externalidade, sendo a natureza algo para se usufruir, tendo valor apenas diante de sua extinção, conforme ponderado na parte inicial deste texto. Tal relação instrumental e utilitária aliena a consciência acerca da complexidade e a dialética das relações do sujeito social com o par ambiente e natureza (PIMENTEL, MOREIRA e PEREIRA, 2013).

Justamente por isso, os autores enfatizam que a escola não pode se furtar ao ensino sobre a complexa relação do modo de produção da vida social com o meio ambiente para crianças e jovens; entretanto, com base em uma perspectiva crítica e transformadora. O que, por sua vez, não se deflagra com trabalhos isolados em determina disciplina, sendo fundamental a participação de todos os conhecimentos escolares, inclusive os da Educação Física.

Nessa perspectiva, é interessante apontar as contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Saúde e Meio Ambiente (BRASIL, 1997b), abordando questões pertinentes para o trabalho escolar acerca dos temas transversais. Contudo, conforme critica Pimentel (2002; 2006), as propostas vigentes pouco apontam para as causas dos problemas ambientais, restringindo-se a atenuações



dos mesmos. As pessoas deveriam, conforme apontado em outros momentos deste texto, ser despertadas para o fato de o meio ambiente ser composto pelos próprios seres humanos. Esse processo deve ser prosseguido por ações políticas, devendo ser uma etapa escolar importante.

Uma proposta interessante nessa direção, a qual tem sido adaptada, por exemplo, no ensino da Educação Física e de outras áreas em ambientes formais e informais, foi desenvolvida por Cornell (1996; 1997), na tentativa de despertar, sutilmente, a percepção da natureza por meio da afetividade. O autor alerta, inicialmente, que é necessário reconhecer que a simples visita à natureza nem sempre é suficiente para proporcionar aos turistas, visitantes e esportistas empatia com outras formas de vida, bem como uma interação pessoal com elas. A metodologia do autor, denominada “aprendizado sequencial”, propõe cinco regras do ensinamento ao ar livre dirigidas a guias, monitores e educadores em geral que pretendem acompanhar algum grupo: ensine menos e compartilhe mais; seja receptivo; concentre a atenção no grupo; observe e sinta primeiro, fale depois; crie um ambiente leve, alegre e receptivo. Os princípios básicos subjacentes a essas regras são: interdependência, complementaridade, respeito, diversidade, cooperação, flexibilidade, sensibilidade, interesse e responsabilidade (MARINHO, 2004b). Tal metodologia tem sido frutífera, sendo capaz de transcender a subjetividade e a sensibilidade para uma consciência coletiva e concreta.

Pimentel, Moreira e Pereira (2013) julgam que, em termos ambientalistas, se o tema das atividades na natureza não for tomado como problema educacional, a demanda por essas práticas permanecerá predominantemente sujeita a um consumo não sustentável, reforçando, por sua vez, um trabalho predatório, conforme denunciado em outros momentos deste texto. Os autores entendem como tratamento educacional o fato de tais atividades serem abordadas em uma dimensão pedagógica, implicando uma perspectiva que permitirá ao aluno o conhecimento, a vivência e a transformação do conhecimento, de forma consciente, crítica e participativa.

Outra questão importante trazida pelos autores é que lazer e meio ambiente sejam abordados na escola (neste caso, nas aulas de Educação Física) como possibilidades de vivência diversificada e de apropriação de conhecimento. Ou seja, trata-se de familiarizar essa relação com o cotidiano dos escolares em comunidade, na sua relação consigo e com os outros. Se as relações entre lazer, meio ambiente e educação física escolar forem tratadas na educação básica adequada, constante e disciplinarmente, ou integradamente a projetos da escola, a abordagem e o



aprofundamento desse tema no ensino médio se tornarão menos complexos. Para tanto, como ponderam Pimentel, Moreira e Pereira (2013), a Educação Física seria tomada como importante componente curricular, capaz de ensinar conhecimentos da cultura corporal, historicamente situada, cujas práticas seriam selecionadas de acordo com o contexto sociocultural e, também, pelas possibilidades educativas que abrigam, em uma perspectiva ampliada de formação escolar. Condição esta que legitimaria a escola como formadora de sujeitos autônomos, capazes de tomar decisões ambientalmente sustentáveis no seu tempo livre.

Recentemente, ocorreu a inclusão do conteúdo “práticas corporais de aventura” (termo utilizado pelo documento) no componente curricular Educação Física, no contexto da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, a qual pretende orientar a elaboração curricular das escolas públicas e privadas de todo o país, por meio do estabelecimento de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada etapa de escolarização, de acordo com os componentes curriculares de cada área do conhecimento (BRASIL, 2016a). Esse cenário certamente implicará mudanças na formação inicial e continuada na área da Educação Física, visto que, sem as estas, a inserção das “práticas corporais de aventura” como conteúdo a ser obrigatoriamente trabalhado na educação física escolar perderia sentido, relevância e significado (INÁCIO et al., 2016).

Uma discussão sobre esse tema havia sido levantada, apontando as atividades de aventura como conteúdo da educação física escolar, mediante a articulação e o diálogo entre o trinômio Educação Física, Turismo e Ecologia, no entendimento de que essas três áreas formam a base de conhecimentos a serem explorados no contexto escolar. De maneira similar, Betrán e Betrán (2006) também destacam a relação entre o ensino dessas atividades e a educação ambiental no âmbito escolar, como uma das estratégias de aprendizagem que proporciona subsídios para o processo de educar.

Ainda apontando as potencialidades das AFEs na educação física escolar, Marinho (2013) acredita que, valendo-se da experiência na natureza (longe das quadras, dos ginásios, das piscinas etc.), o professor pode potencializar estratégias de ação para desenvolver, nos alunos, habilidades motoras, capacidades físicas e, até mesmo, fundamentos esportivos específicos. Dessa forma, o desenvolvimento da competência motora pode estar incluso entre os diferentes objetivos educacionais de uma proposta de disciplina centrada nas AFEs de aventura na natureza. Tais atividades podem ser utilizadas para atingir uma variedade de objetivos educacionais, oportunizando diferentes níveis de desenvolvimento: coletivo

(habilidades cooperativas e de comunicação), pessoal (autoestima), cognitivo (tomadas de decisão e resolução de problemas) e físico (aptidão e desenvolvimento de habilidades motoras). Além disso, podem apenas ser utilizadas como atividades de lazer, com fim em si mesmas.

Assim como os autores supracitados, Franco (2011) também concorda que a popularização dessas atividades poderia ser mais efetiva se iniciada no contexto escolar, amparada por vários canais interdisciplinares. Por exemplo, as discussões sobre preservação e desenvolvimento sustentável, os aspectos geográficos e históricos dos locais de prática da aventura, as leis da física que envolvem várias das modalidades, entre outras possibilidades, serviriam de alicerce para um projeto educativo na escola.

Na maioria das escolas brasileiras, de acordo com Franco (2011), a Educação Física atua como coadjuvante quando alguma turma de estudantes pretende estudar fora da escola (os denominados “estudos do meio” ou “estudos de campo”) abordando os temas ambiente e natureza. Em geral, segundo o autor, o professor da área é chamado para auxiliar esses estudos por conseguir controlar melhor os estudantes em ambientes abertos e não por manter conexões com esses conhecimentos, ficando à margem dos objetivos das outras disciplinas e dos temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

As AFEs de aventura na natureza subsidiam novos padrões motores desenvolvidos em contato com a natureza, possibilitando diversos contextos ambientais, bem como podem proporcionar um entorno com altos níveis de incerteza motora, oportunizando a manifestação de diferentes situações emocionais em inúmeras circunstâncias (estresse, dificuldade, risco). Betrán e Betrán (2006), corroborando as ideias dos estudiosos supramencionados, apontam que essas atividades podem favorecer a conscientização e a sensibilização do participante para com o meio ambiente e seus problemas, promovendo, inclusive, uma educação ambiental baseada no conhecimento das características dos ecossistemas utilizados, no contexto sociocultural a que pertencem e na utilização responsável dos recursos materiais e tecnológicos que promovem o deslizamento controlado por ar, água e terra. Mais ainda, tratadas pedagógica e didaticamente, podem auxiliar na tarefa de educar alunos por meio de um processo interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa contemporaneidade é marcada pelo consumo de bens e serviços, signos e imagens atrelados à satisfação e ao corpo. Não por acaso, as imagens



fortificam um mercado consumidor, baseando-se no fascínio das pessoas por atividades que carregam mensagens de aventura e de fortes emoções. As AFEs de aventura na natureza estão inseridas nesse contexto, permeadas pelas noções de aventura, risco, adrenalina e prazer.

As AFEs de aventura que requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, parecem estar despertando sensibilidades, em diferentes níveis. As intensas manifestações corporais nessas práticas permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio.

A experimentação de diferentes emoções e sensibilidades pode conduzir os seres humanos a diferentes formas de percepção e de comunicação com o meio em que vivem. Por isso, a importância de compreender os diferentes significados que a relação dos seres humanos junto à natureza tem assumido. O que não significa afirmar que uma forma de aproximação com a natureza é ecologicamente melhor do que outra, nem dar por encerrado um tema repleto de questionamentos e contradições.

As AFEs de aventura na natureza representam maneiras diferenciadas de relação com o corpo, podendo contribuir para a ressignificação de concepções atreladas às questões socioambientais. Ao serem impulsionadas pelo desejo de experimentar algo novo, emoções prazerosas, utiliza-se a tecnologia infiltrada na esfera do lazer, do esporte e do turismo, podendo auxiliar na disseminação e no conhecimento, em particular da educação ambiental, ao requerê-la para sua prática, e, em geral, do ambientalismo, por meio de ações ecologicamente sustentáveis (o que nem sempre são, de fato).

Ao reconhecer que problemas relacionados aos recursos naturais, bem como sua apropriação e sua conservação, não são derivados unicamente da natureza, mas, também, da cultura, ressalta-se a necessidade de promover ações transformadoras na educação dos atores envolvidos, podendo ser por intermédio da escola, da formação inicial nas universidades, em cursos especializados etc.

O lazer, nesse caso, muitas vezes é entendido como um dos espaços mais procurados para que as pessoas vivenciem situações diferenciadas daquelas do trabalho, envolvendo-se em manifestações capazes de as afastar da rotina cotidiana. Nessa perspectiva, Le Breton (2006) aponta que as atividades de aventura, vividas no lazer, são colocadas pelos próprios usuários como uma compensação da



sociedade civil, sendo reivindicadas como uma maneira de reencontrar a graça da vida em uma sociedade que busca enfaticamente a segurança.

Nesse contexto, as pessoas com estilo de vida urbano também procuram as AFEs de aventura na natureza para estar em contato com elementos relacionados à fauna, à flora, às sensações diferenciadas oportunizadas e aos outros como parceiros, inclusive a própria natureza. Aqui se encontra um novo desafio, o qual inclui o compromisso ético com a natureza, o que significa sentir-se parte dela, enxergando-se nela e ela em si (MARINHO, 2001).

A vivência na e com a natureza pode permitir um mergulho na criatividade, na relação lúdica com o mundo; ou seja, um reencontro do pleno prazer de uma existência que, segundo Le Breton (2006, p. 102), nenhum outro lugar parece oportunizar e que faz falta, especialmente, no exercício profissional. “O homo ludens substitui o homo faber”. São justamente esses potenciais de sentidos que permitem a renovação dos atores sociais, em um movimento dinâmico que vai da excitação e do risco à segurança, possibilitando aos seres humanos todas as dimensões de sua relação potencial com o mundo (MARINHO, 2001).

Tanto quanto apontar as mazelas relacionadas às questões socioambientais, com avanços e retrocessos ao longo da história, há a necessidade de visualizar as sensibilidades da época atual, munida de suas contradições e tensões. No momento conflituoso em distintos níveis (político, educacional, econômico etc.) que atravessa o Brasil, a oportunidade de escrever sobre esse tema legitima a importância dos assuntos relacionados às AFEs e às relações com o meio ambiente, aqui retratadas, em particular, pelas AFEs de aventura na natureza. Oportunidade, inclusive, que enfatiza a vida cotidiana, sendo permeada por qualidades potencialmente transgressoras e criativas, pois permitem, por seu potencial imanente, novas formas de se viver, encontrar qualidade de vida e se encantar.

Portanto, este texto buscou refletir sobre as AFEs e suas relações com o meio ambiente, apresentando diferentes cenários propícios para o desenvolvimento humano, o qual visa à ampliação das escolhas das pessoas, possibilitando que cada uma possa ter capacidades e oportunidades para ser aquilo que deseja ser. Cenários estes que perpassam por questões contraditórias e enfatizam oportunidades promotoras de sensibilização para o cuidado com o meio ambiente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. A. P.; TIMO, G. F. **Normalização e Certificação em Turismo de Aventura**. In: UVINHA, Ricardo R.; organizador. *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005, pp. 43-70.

ALVES, D. M. G. et al. **Em busca da sustentabilidade educadora ambientalista**. *Ambientalmente Sustentable*, v. 1, n. 9-10, pp. 7-35, jan./dez. 2010.

ARAÚJO, J. H. R. **A formação de profissionais que atuam com esportes e atividades de lazer na natureza no entorno da cidade de Belo Horizonte/MG [dissertação de mestrado em Lazer]**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 132 f.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15285: esporte de aventura - condutores - competência de pessoal**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.sistemafaemg.org.br/agenteturismo/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Agente%20de%20Turismo%20Rural/NBR/15285-competencias-de-pessoal.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

AURICCHIO, J. R. **Formação e atuação profissional em atividade de aventura no âmbito do lazer [dissertação de mestrado em Educação Física]**. Piracicaba: Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade Metodista de Piracicaba, 2013, 183 f.

BAHIA, M. C. **Uma análise crítica dos esportes de aventura: possibilidades de uma prática consciente e sustentável**. In: TEREZANI, Denis; organizador. *Propostas interdisciplinares para a canoagem*. Piracicaba: Equilíbrio, 2008, pp. 13-25.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. **Na trilha dos sujeitos praticantes do lazer na natureza: um debate conceitual sobre lazer e meio ambiente**. *Licere*, Belo Horizonte (MG), v. 8, n. 1, pp. 79-92, 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. **Proposta pedagógica para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na Educação Física no ensino médio**. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T.; organizadoras. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006, pp. 180-210.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão revista. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016a.

BRASIL. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/_arquivos/diagnostico_da_visitacao_em_parques.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2006b.



BRASIL. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria de áreas protegidas, 2006c, 70 p.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 1981.

BRASIL. **Orientações básicas para a apresentação de proposta para a implantação e consolidação do SNUC: Ação Orçamentária 20LX**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Departamento de Áreas Protegidas, 2016, 72p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. **Relatório Nacional do Brasil**. 1º Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e outras áreas protegidas. Brasília: Ibama/DIREC/DEUC, 1997a.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997b.

BREIVIK, G. **Trends in adventure sports in a post-modern society**. Sport In Society, v. 13, n. 2, pp. 260-273, 2010.

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. Revista Brasileira de Educação Física, Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 86-92, 1997.

BRUHNS, H. T. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 32, n. 2, pp. 157-164, 2010.

BUCKLEY, R. C. **Adventure programming and travel for the 21st century**. Annals of Tourism Research, v. 57, pp. 295-297, 2016.

CHAO, C. H. N. et al. **Atividades de aventura na natureza e desenvolvimento do comportamento pró-ambiental: análise comparativa entre idosos e condutores**. Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 1, pp. 169-180, jan./mar. 2015.

CORNELL, J. **A alegria de aprender com a natureza**. São Paulo: Senac/Melhoramentos, 1997.

CORNELL, J. **Brincar e aprender com a natureza**. São Paulo: Senac/Melhoramentos, 1996.

CORREA, E.; DELGADO, M. **Atividades de Aventura nos Currículos de Formação Inicial em Educação Física no Brasil**. In: Anais do II Congresso Brasileiro de estudos do Lazer/XVI Seminário "O Lazer em Debate". Belém, 2016, pp. 878-888.

CRESPO, S. **Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos de 1990**. In: TRIGUEIRO, André; coordenador. Meio ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental em suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, pp. 59-73.



DANIEL, B. et al. **Experiences in Outdoor and Adventure Education.** Journal of Experiential Education, Boulder, v. 37, n. 1, pp. 4-17, mar. 2014.

DIAS, V. K. **A participação de idosos em atividades de aventura na natureza no âmbito do lazer: valores e significados.** 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2006.

FARIAS, G. O. et al. **Formação inicial em educação física e a intervenção profissional no segmento das atividades de aventura.** In: FUMES, Neiza de Lourdes Frederico; DANTAS, Maria do Socorro Meneses; COSTA, Marta de Moura; SILVA, Maria Elizabete de Andrade; ALBUQUERQUE, Alberto; organizadores. Educação Física, Desporto e Lazer: perspectivas luso-brasileiras. Volume 4. 2016, pp. 37-53.

FERREIRA, L. C. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro.** Revista Ambiente & Sociedade, Campinas, ano II, n. 5, 2º sem. 1999, pp. 35-54.

FRANCO, L. C. P. **A adaptação das atividades de aventura na estrutura da escola.** In: PEREIRA, D. W. et al. Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura. São Paulo: Lexia/Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 2011, pp. 89-101.

FREITAS, T. A. et al. **Avaliação da implementação de um programa de práticas corporais de aventura na educação física escolar.** Arquivos em movimento, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 4-16, jan./jun. 2016.

GASSNER, M. E.; RUSSELL, K. C. **Relative impact of course components at Outward Bound Singapore: a retrospective study of long-term outcomes.** Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, Carlisle, v. 8, n. 2, pp. 133-156, dez. 2008.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GLYN, T. **Signature pedagogies in outdoor education.** Asia-Pacific Journal of Health, Sport and Physical Education, v. 6, n. 2, pp. 113-126, 2015.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. **Schooling and environment in Latin America in the third millennium.** Environmental Education Research, v. 13, n. 2, pp. 155-169, 2007.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E; LORENZETTI, L. **Investigação em educação ambiental na América Latina: mapeando tendências.** Educação em Revista, v. 25, n. 3, pp. 191-211, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIGINS, P.; HUMBERSTONE, B. **Introduction.** In: HIGINS, Peter; HUMBERSTONE, Barbara; editores. Outdoor education and experiential learning in the UK. Alemanha: Verlag Erlebnispädagogik-Lüneburg, 1999, pp. 5-7.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e a deficiência visual [dissertação de mestrado em Turismo].** Caxias do Sul: Programa de Pós-graduação em Turismo - Universidade de Caxias do Sul, 2009, 100 f. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/602?show=full>>. Acesso em: 10 nov. 2016.



HUMBERSTONE, B. **Embodiment and social and environmental action in nature-based sport: Spiritual Spaces.** Journal of Leisure Studies, v. 30, n. 4, pp. 495-512, 2011.

INACIO, H. L. D. Educação Física e Ecologia: dois pontos de partida para o debate. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Ijuí, v. 18, n. 2, pp. 135-140, 1997.

INÁCIO, H. L. D. et al. **Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios - reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular.** Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 48, pp. 168-187, set. 2016.

INÁCIO, H. L. D.; MORAES, T. M.; SILVEIRA, A. B. **Educação física e educação ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente.** Conexões, Campinas, v. 11, n. 4, pp. 1-23, out./dez. 2013.

JACOBI, P. **Lazer, ambiente e cidadania.** Debates Socioambientais, ano III, n. 9, pp. 1-4, mar./jun. 1998.

KUNREUTHER, F. T.; FERRAZ, O. L. **Educação ao ar livre pela aventura: o aprendizado de valores morais em expedições à natureza.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, pp. 437-452, abr./jun. 2012.

LE BRETON, D. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver.** Campinas: Autores Associados, 2009.

LE BRETON, D. **Risco e lazer na natureza.** In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T.; organizadoras. Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza. São Paulo: Manole, 2006, pp.94-117.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares.** Turismo em Análise - Revista do Dep. de Relações Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e Artes da USP, São Paulo, v. 11, n. 1, mai. 2000.

MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F.; organizadores. **Enarel: 25 anos de história.** Campinas: Autores Associados, 2014, 343 p.

MARINHO, A. et al. **Reflections about outdoor adventure sports and professional competencies of physical education students.** Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, Carlisle, v. 16, n. 1, pp. 1-17, 2016.

MARINHO, A. **As diferentes interfaces da aventura na natureza: reflexões sobre a sociabilidade na vida contemporânea.** Licere, Belo Horizonte (MG), v. 9, pp. 111-112, 2006.

MARINHO, A. **Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades.** Motrivivência, Florianópolis, ano 16, n. 22, pp. 47-70, jun. 2004a.

MARINHO, A. **Introdução aos estudos das atividades de aventura: características, concepções e conceitos.** In: BERNARDES, Luciano Andrade; organizador. Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física. São Paulo: Phorte, 2013, pp. 23-38.



- MARINHO, A. **Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza.** Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 2, pp. 181-206, mai./ago. 2008.
- MARINHO, A. **Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 22, pp. 143-153, 2001.
- MARINHO, A. **Repensando o lúdico na vida cotidiana: atividades na natureza.** In: SCHWARTZ, Gisele M.; organizadora. Dinâmica lúdica: novos olhares. São Paulo: Manole, 2004b, pp.189-204.
- MARINHO, A. **Turismo de aventura em unidades de conservação.** In: PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris V. M.; organizadores. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri: Manole, 2010, pp. 439-459.
- MARINHO, A.; BRUHNS, H. T.; organizadores. **Turismo, lazer e natureza.** São Paulo: Manole, 2003, 205 p.
- MARINHO, A.; INÁCIO, H. L. D. **Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 28, n. 3, pp. 55-70, mai. 2007.
- MARINHO, A.; BRUHNS, H. T.; organizadores. **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza.** Barueri: Manole, 2006, 214p.
- MARINHO, A.; REIS, A. C. **Introduction to the Special Issue on challenges and experiences in outdoor education in Latin America.** Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, Carlisle, v. 16, n. 1, pp. 1-3, 2016.
- MARINHO, A.; SANTOS, P. M.; FARIAS, G. O. **Competências e formação profissional: reflexões sobre um projeto de ensino.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 20, n. 3, pp. 46-54, dez. 2012.
- NASCIMENTO, J. V. et al. **Formação acadêmica e intervenção pedagógica nos esportes.** Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 2, pp. 358-366, abr./jun. 2009.
- NIESENBAUM, R. A., GORKA, B. **Community-based eco-education: Sound ecology and effective education.** The Journal of Environmental Education, v. 33, n. 1, pp. 12-16, 2001.
- PAIXÃO, J. A. et al. **Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor.** Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, pp. 415-425, mai./ago. 2011.
- PAIXÃO, J. A.; TUCHER, G. **Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura.** Pensar a prática, Goiânia, v. 13, n. 3, pp. 1-19, set./dez. 2010.
- PIMENTEL, G. G. A. **A insustentabilidade do lazer sustentável.** In: MÜLLER, Ademir; DA COSTA, Lamartine.; organizadores. Lazer e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2002, p. 83-107.
- PIMENTEL, G. G. A. **Aventuras de lazer na natureza: o que buscar nelas?** In: MARINHO, A.; BRUHNS, H.; organizadores. Viagens, lazer e esporte. Barueri: Manole, 2006, pp. 43-73.
- PIMENTEL, G. G. A. **Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, pp. 687-700, 2013.



PIMENTEL, G.G.A.; MOREIRA, E. C.; PEREIRA, R. S. **Lazer, meio ambiente e educação física escolar: relações possíveis?** Pensar a Prática, Goiânia, v. 16, n. 1, pp. 282-296, jan./mar. 2013.

PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/>> Acesso em: 11 nov. 2016.

PORTAL BRASIL. **Brasil é apontado como o primeiro do mundo para aventura.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/07/busca-por-turismo-de-aventura-cresce-mais-de-15-no-brasil/>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

RYLANDS, A. B.; PINTO, L. P. S. **Conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira: uma análise do sistema de unidades de conservação.** Cadernos Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável-FBDS, n. 1, Rio de Janeiro (RJ), 1998.

SANTOS, M. **Lazer popular e geração de empregos.** In: GARCIA, Erivelto B.; LOBO Francis; editores. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, pp. 31-37.

SANTOS, P. M. et al. **Formação profissional e percepção de competências de estudantes de educação física: uma reflexão a partir da disciplina de esportes de aventura e na natureza.** Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 26, n. 4, pp. 529-540, 4º trim. 2015.

SANTOS, T. C. **Ondas de possibilidades: a ressignificação corporal de portadores de lesão medular traumática no surf adaptado [trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais].** Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Florianópolis, 2014, 42 f.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 4ª edição. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, B. A. T. et al. **Atividades de aventura na licenciatura em educação física: um relato de experiência.** Cadernos de Formação RBCE, Florianópolis, v. 7, n. 1, pp. 69-80, mar. 2016.

SILVA, P. P. C.; CHAO, C. H. N. **Práticas corporais na natureza: por uma educação ambiental.** Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 22, n. 1, pp. 89-97, jan./mar. 2011.

SORRENTINO, M. **Pessoas comprometidas com as transformações socioambientais - uma perspectiva latino-americana de educação ambiental.** In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M.; organizadores. Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Diagrama Editorial, 2015, pp. 192-204.

SORRENTINO, M.; NASCIMENTO, E. P. **Universidade e políticas públicas de educação ambiental.** Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, pp. 15-38, set. 2009/fev. 2010.

SORRENTINO, Marcos. **Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta.** In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S.; organizadores. Educação Ambiental: repensando o Espaço da Cidadania. São Paulo: Cortez, v. 1, pp. 15-21, 2002.



TAHARA, A.; CARNICELLI FILHO, S. **Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática.** Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 3, pp. 187-208, jul./set. 2009.

TRIGUEIRO, A.; coordenador. **Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise.** São Paulo: Globo, 2012.

VAZ, J. M.; AMARAL JUNIOR, A. J., SANTOS, P. M.; MANFROI, M. N.; FIGUEIREDO, J. P.; MARINHO, A. **Percepção de competências profissionais de instrutores de atividades de aventura na natureza atuantes em Florianópolis (SC).** Movimento, 2016, no prelo.

VIOLA, E.; LEIS, H. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.** In: HOOGAN, D. J.; VIERIA, P. F. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1995, pp. 73-102.

VISCARDI, A. A. F. et al. **Participação de idosos em atividades de aventura na natureza: reflexões sobre aspectos socioambientais.** Movimento, Porto Alegre, no prelo.

